

--- No dia vinte e nove de janeiro de dois mil e vinte e seis, pelas dezanove horas e quarenta minutos, reuniu, no Palácio dos Marquês da Praia e de Monforte, cidade de Loures, a Assembleia Municipal de Loures, presidida pela deputada municipal Susana de Fátima Carvalho Amador, com a presença dos seguintes deputados municipais: -----

PS - Partido Socialista-----

Susana de Fátima Carvalho Amador -----

Daniel Vitorino Bernardo Lima -----

João Pedro Silva Mendes dos Santos Ferreira -----

Pedro Manuel Fialho da Costa Lindo-----

Carla Sofia do Carmo Pires -----

João António Leal Cruz Franco -----

Algmar Welker Branco Salomão -----

Miguel Nuno Pedro Cardoso Matias -----

Inês Falcão da Costa Morgado -----

João Filipe de Jesus Pinto-----

Maria Isabel Lopes Afonso Pereira Leitão -----

João Paulo Afonso Barandas-----

Joaquim Manuel Brás dos Reis -----

José Júlio Ferreira Falcão Ribeiro -----

Hélio António Magalhães Gonçalves dos Santos (Presidente da Junta de Freguesia de Bucelas)-----

Eugénio Alexandre Ratinho de Oliveira (Presidente da Junta de Freguesia de Loures) ---

Renato Joaquim Alves (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Camarate, Unhos e Apelação)-----

Judite Brás Reis Gonçalves (em substituição do Presidente Junta de Freguesia da União das Freguesias de Sacavém e Prior Velho)-----

Samuel David dos Santos Saldanha (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela)-----

Jorge Daniel Sousa Moreira da Silva (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santo António dos Cavaleiros e Frielas) -----

CH - Chega-----

Luís Filipe Pereira Direitinho -----

Ana Margarida Dias Raimundo Guerreiro -----

Aquilino José Marques Ventura-----

António José Mendes Firmino-----
Inês Carvalho dos Santos -----
Duarte Miguel Monge Correia-----
Luís António Gomes Rainho-----
Sandra Maria Cardoso Mota Pastor-----

PPD/Partido Social Democrata-----

Jorge Manuel Lopes Antunes-----
Rui Miguel Paiva Lopes Pinhel-----
Sara Raquel Bordalo Gonçalves -----
Armando Manuel Pedroso Militão -----
João Maurício Pereira -----
Lino Manuel Gomes Franco (Presidente da Junta de Freguesia de Lousa)-----

CDU – Coligação Democrática Unitária-----

Maria de Fátima Amaral -----
Bruno Alexandre Caçador Simão -----
Acardyo Kedy Santos Nazaré da Trindade -----
Ana Maria da Conceição Duarte da Mata-----
Jorge Manuel Duarte Simões (Presidente da Junta de Freguesia de Fanhões) -----
José Júlio dos Santos Pinto (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santo Antão e São Julião do Tojal) -----

BE - Bloco de Esquerda-----

Rita Lage Sarrico-----

IL – Iniciativa Liberal-----

Luís Armando Medeiros Martins-----

Esteve ausente, Ricardo Jorge Monteiro Lima (Presidente Junta de Freguesia da União das Freguesias de Moscavide e Portela) -----

--- Concluída a chamada, com a presença de 42 deputados municipais e verificada a existência de quórum, a Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a reunião.

PERÍODO PRÉVIO-----

--- No início da sessão, a Presidente da Assembleia Municipal, deu conhecimento que a sessão estava a ser gravada e transmitida em direto pelo canal Youtube da Câmara Municipal de Loures. -----

- Foi igualmente dado conhecimento da correspondência recebida desde o dia vinte e dois de janeiro até vinte e oito de janeiro de dois mil e vinte seis, cuja listagem foi facultada a todos os deputados municipais e disponibilizada na plataforma da respetiva Ordem do Dia da sessão. -----

A Presidente da Assembleia Municipal, transmitiu que desejava, em nome da Mesa, e refletindo o sentimento comum de todos os eleitos da Assembleia Municipal de Loures, apresentar condolências às famílias enlutadas pelo fenómeno meteorológico extremo que atingiu Portugal e vários territórios em particular, causando vítimas mortais e feridos. Acrescentou que as condolências se estendiam às famílias afetadas e que se desejava uma rápida recuperação para todos os que sofreram lesões. -----

Referiu também a solidariedade para com todos os cidadãos e autarcas dos territórios afetados, lembrando que tinha sido declarada calamidade pública em mais de sessenta municípios. Sublinhou a importância de apoiar a reposição da normalidade e a retoma da rotina diária de todos os trabalhadores, das empresas atingidas e das famílias que viram os seus rendimentos prejudicados. -----

Por fim, expressou um reconhecimento a todos os trabalhadores envolvidos - municipais, proteção civil, forças de segurança como PSP e GNR, bombeiros - e, em particular, aos que atuam no Concelho de Loures. Destacou o trabalho desenvolvido por esses agentes, pelo Executivo Municipal e por todos os que acompanharam a situação no território, que, apesar de não ter sido tão gravemente afetado como noutros fenómenos extremos, também enfrentou uma noite difícil. -----

Transmitida a mensagem e reconhecendo que aquele sentimento era comum, deu início aos trabalhos. -----

Tomou posse: -----

Joaquim Manuel Brás dos Reis, em substituição da deputada municipal do PS, Eunice Filipa Alexandre Camilo Ramos Proença. -----

Suspensão de mandato: -----

Foi colocado à apreciação o pedido de suspensão de mandato apresentado por Isabel Cristina Carapeta Gomes, eleita pelo Partido Socialista (PS), com efeitos a 28 de janeiro de 2026, por um período de 60 dias e por motivos profissionais, tendo sido deliberado por unanimidade (34 presenças). -----

- Seguidamente, a Presidente da Assembleia Municipal, colocou à votação a seguinte ata, dando nota que quem não esteve na respetiva sessão, não participava na votação: -----

Ata n.º 6 (Sessão realizada em 19.01.2026) - APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE, COM 35 PRESENCAS. -----

emergência, lembrando que situações semelhantes poderiam voltar a ocorrer. Comparou ainda o impacto da tempestade com o apagão do ano anterior.-----

Mudando de tema, afirmou que as ações de fiscalização de cidadãos estrangeiros tinham aumentado significativamente, referindo números relativos a operações realizadas pela GNR e pela PSP. -----

Referiu declarações públicas sobre temas diversos, incluindo igualdade e discriminação racial, concursos de professores, legislação relacionada com a proteção do lobo-ibérico, transparência na representação de interesses e dificuldades operacionais das forças de segurança no Concelho de Loures. -----

- João Vladimiro Soares Resa, relativamente ao que tinha acontecido no dia dezoito de dezembro de 2025, afirmou sentir que tinha sido alvo de um insulto e de uma ofensa. Explicou que se considerava um voluntário entre os presentes e pediu que isso não fosse esquecido. Acrescentou que tinha perguntas a colocar e recordou que, há 15 anos, um anterior Presidente de Junta, lhe teria dito, com o microfone desligado, que não deveria fazer perguntas. Disse que, desde então, sofria com o Regimento, que considerava redutor, porque apenas lhe permitia fazer perguntas que, na prática, não recebiam resposta.-----

Afirmou que, segundo o Regimento, deveria receber respostas, mas que, nos últimos quatro anos, praticamente não tinha obtido nenhuma. Reconheceu que isso poderia mudar, mas insistiu que até então o resultado tinha sido nulo. Questionou também sobre a ausência dos vídeos das sessões de 12 e 19 de janeiro, dizendo que os procurou e não encontrou. Comentou que, embora não estivesse a insinuar falta de transparência, sentiu falta desses registos. Referiu depois que, no dia em causa, havia um temporal muito intenso por volta das 19h30, que o impediu de se deslocar. Perguntou se, em situações climatéricas semelhantes, não deveria ser possível permitir a participação remota dos munícipes, como aconteceu durante a pandemia, defendendo que todo o Regimento deveria ser revisto.-----

Passou então a outra questão, relacionada com as mesas de voto. Perguntou se tinha ou não o direito, enquanto munícipe, de saber se as mesas estavam a cumprir o parecer da Comissão Nacional de Eleições. Disse que tinha sido interrompido quando tentava colocar essa pergunta e que, se isso acontecia, talvez fosse sinal de que estava no caminho certo. Explicou que o parecer da CNE tornava desnecessária a utilização do NIF e que o NIB só deveria ser fornecido no próprio dia. Reconheceu que algumas freguesias tinham muitas mesas, mas insistiu que era assim que a CNE determinava. Acrescentou que existiam casos pontuais de mesas que ainda não tinham recebido documentação das autárquicas. Reforçou que tinha direito a saber se todas as juntas estavam a cumprir o parecer. -----

Questionou porque motivo o orçamento não tinha sido aprovado até ao final do ano, afirmando que essa tinha sido uma decisão política. Disse que gostaria de saber a razão,

sobretudo porque, a maioria absoluta existente não justificaria atrasos. Comentou que, mesmo que fosse necessário, a votação poderia ter ocorrido até à meia-noite de 31 de dezembro.-----

Referiu-se também ao que descreveu como uma grande desordem e falta de urbanidade no dia 31 de dezembro, mencionando o rebentamento de foguetes e fogo de artifício ao longo de todo o dia. Comparou o ambiente a cenários de conflito e perguntou o que a autarquia tinha a ver com essa situação, questionando se havia verbas do orçamento destinadas a fogos de artifício. Defendeu que a situação deveria ser controlada e monitorizada, por afetar o bem-estar de pessoas e animais, e comentou que, para esse tipo de ocorrências, não eram utilizados drones.-----

Referiu-se à rua António Canevari, pedindo que fosse observada a situação que ali se verificava. Criticou o estacionamento junto ao centro de saúde de Santo Antão do Tojal, inaugurado recentemente, dizendo que a obra tinha custado quatro milhões de euros e que o estacionamento novo era, na prática, apenas a via pública prolongada. Afirmou que o lugar destinado a pessoas com deficiência se encontrava em mau estado, descrevendo-o como uma “piscina”, e considerou que a solução era vergonhosa. Defendeu que era necessário criar mais lugares, reorganizar o estacionamento e reformular o projeto.-----

Referiu ainda que a Urbanização do Aqueduto funcionava como um “pseudo-condomínio privado”. Por fim, falou sobre o acesso à zona da Visabeira, dizendo que não tinha visibilidade e que, por não gerar votos, não era intervencionado. Afirmou que a situação se arrastava há muitos anos e que a rua Camilo Castelo Branco estava cheia de buracos, acrescentando que operações de tapa-buracos já não eram suficientes. Perguntou como era possível manter 50 metros de via pública naquele estado.-----

--- A Presidente da Assembleia Municipal, Susana de Fátima Carvalho Amador, antes de iniciar o ponto da ordem de trabalhos, esclareceu o munícipe relativamente às questões colocadas sobre o funcionamento da Assembleia Municipal. Explicou que o Regimento da Assembleia Municipal de Loures era um regimento moderno, atual e conforme à lei, não tendo nada de redutor; pelo contrário, considerou-o pioneiro em várias matérias, incluindo as alterações que iriam ser aprovadas relativamente ao direito de petição e ao período destinado ao público. -----

Esclareceu que esse período se destinava preferencialmente a questões de natureza municipal ou, sendo nacionais ou europeias, que tivessem impacto ao nível local. Afirmou que nunca seria limitada a liberdade de expressão, uma vez que, além do Regimento, existiam a lei e a Constituição da República Portuguesa. Sublinhou, contudo, que aquele momento era um espaço nobre de intervenção do público e que deveria servir para esclarecer dúvidas, problemas e questões concretas que afetassem os munícipes, devendo as perguntas ser objetivas e necessitadas de resposta, não se

confundindo com comentário político, já que essa função cabia aos eleitos da Assembleia e aos Presidentes de Junta. -----

Relativamente à participação híbrida, disse que estava prevista e que poderia ser tentado o seu uso, embora considerasse que a participação presencial era sempre mais importante. -----

Sobre o orçamento, afirmou que tinha sido aprovado dentro do prazo legal e em conformidade com a lei, tanto pelo Executivo Municipal como pela Assembleia Municipal. Explicou que, como as eleições autárquicas tinham ocorrido depois de setembro, a lei permitia que as aprovações fossem feitas até janeiro, o que tinha acontecido. Acrescentou que a Câmara Municipal de Loures tinha cumprido a lei, tal como a maioria das câmaras municipais que se encontravam na mesma situação, uma vez que as eleições tinham decorrido em outubro e as tomadas de posse em novembro. Disse que, por esse motivo, não admitia qualquer suspeição sobre o processo, bastando consultar a lei para o confirmar. -----

- De imediato, foi dado início ao “Período da Ordem do Dia”. -----

----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

----- PONTO UM -----

Proposta n.º 786/2025 - Deliberação do Conselho de Administração dos SIMAR, constante da Proposta n.º 745/2025, relativa aos Documentos Previsionais para 2026, dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos dos Municípios de Loures e Odivelas (SIMAR). (Aprovação ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação). Proposta da Câmara Municipal. -----

- A Presidente da Assembleia Municipal, passou a palavra ao Executivo Municipal, para apresentação do documento. -----

- O Vereador Nuno Ricardo Conceição Dias, antes de apresentar formalmente o documento, agradeceu o esforço realizado pelos serviços dos SIMAR e reconheceu a sua capacidade técnica na elaboração de um documento que refletia não só as necessidades existentes, mas também o trabalho previsto para o ano de 2026. -----

Explicou, de forma sintética, que o orçamento para 2026 ascendia a cerca de cento e vinte milhões de euros e que a sua elaboração tinha tido em conta o cenário macroeconómico, que apontava para uma inflação de 2,1% segundo o índice harmonizado. Acrescentou que o orçamento foi preparado de acordo com as regras do

SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro e respetivas alterações, seguindo os princípios e normas aplicáveis. -----

Referiu que os documentos previsionais incluíam receitas e despesas para o período de 2026 a 2030, conforme previsto na norma NCP 26, e eram constituídos pelo orçamento, pelo plano plurianual e pelo mapa de receitas e despesas, com o respetivo resumo desagregado segundo a classificação económica. -----

Passando a aspetos mais concretos, afirmou que na elaboração do orçamento, se considerou o aumento da retribuição mínima mensal garantida para 2026, que passaria de 870 para 920 euros, de acordo com a proposta de Orçamento do Estado. Mencionou também as alterações de posicionamento remuneratório decorrentes da avaliação de desempenho de 2025 e o provável aumento dos restantes salários da administração pública em cerca de 2,15%. Informou que, no âmbito da política de recursos humanos dos SIMAR, previa-se a admissão de cerca de 301 novos trabalhadores e a saída de 23 por aposentação. -----

Relativamente às despesas com aquisições de bens e serviços, afirmou que o impacto dos fornecedores em alta continuava a ser o principal fator que limitava a capacidade de investimento dos SIMAR. Apresentou alguns números: entre 2022 e 2024, a EPAL aumentou em 10% o preço da água, as águas residuais tinham registado um aumento de 15% e a tarifa de resíduos cresceu 84%. -----

Esclareceu que, só na aquisição de água, previa-se um acréscimo de cerca de um milhão de euros devido ao aumento do preço por metro cúbico. -----

Quanto aos resíduos, disse que, quando o documento foi elaborado, estava previsto um aumento de 10% na taxa de tratamento de resíduos urbanos, mas que afinal o aumento real foi de 28%, passando de 56,36€ por tonelada para 72€. Referiu que essa alteração gerava, logo à partida, um défice orçamental inicial de cerca de 2,5 milhões de euros. --

Sobre as despesas de capital, referiu que estava previsto um aumento de 48% no investimento operacional, representando mais de cinco milhões de euros, para garantir a execução de procedimentos já contratualizados em 2025 e novos investimentos em 2026 no valor de cerca de oito milhões de euros. Esses investimentos destinavam-se a infraestruturas de abastecimento de água, águas residuais, contentorização e renovação da frota de recolha de resíduos urbanos. Transmitiu que previa-se a aquisição de 11 novas viaturas em 2026, somando-se às 24 adquiridas no mandato anterior. -----

Concluiu afirmando que, apesar das dificuldades, o orçamento dos SIMAR mantinha-se equilibrado e cumpria todas as regras. Reconheceu que a execução financeira era sempre exigente, sobretudo devido aos aumentos das tarifas em alta, que limitavam a capacidade de investimento. No entanto, considerou que os SIMAR estavam em condições de continuar o trabalho iniciado no mandato anterior, que permitia recuperar financeiramente a entidade, passando de prejuízos acumulados de cerca de oito milhões de euros para resultados líquidos positivos pelo terceiro ano consecutivo. -----

--- No uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal, mencionou que aquele cumprimento era também extensivo por parte da Mesa da Assembleia Municipal e, seguramente, de todos os eleitos, destacando a qualidade dos documentos apresentados e o esforço que se encontra espelhado, ao longo de todo o exercício. ----

- Sobre o documento intervieram: -----

- Rita Lage Sarrico (BE), mencionou que uma das questões em análise dizia respeito a um conjunto de aumentos que teriam um impacto significativo no orçamento de muitas famílias, já em situação de vulnerabilidade. Acrescentou que existiam pressões de entidades externas, algumas com carácter cada vez mais vinculativo, mas que reconhecer essa pressão não significava aceitar que o peso dessas decisões recaísse quase exclusivamente sobre as famílias. -----

Em primeiro lugar, perguntou até que ponto a não assunção integral dos aumentos poderia comprometer a sustentabilidade financeira dos SIMAR e que outros cenários tinham sido considerados antes de se optar por uma solução com impacto tão direto nos agregados familiares. -----

Em segundo lugar, questionou que diligências estavam a ser feitas, em articulação com o município de Odivelas, junto da ERSAR, da EPAL e da Valorsul, para contestar os valores em alta que continuavam a ser repercutidos quase automaticamente nos consumidores. -----

Em terceiro lugar, questionou de que forma o esforço financeiro exigido à população se traduziria numa melhoria efetiva do serviço, nomeadamente na redução de ruturas, na modernização da rede, no aumento da eficiência e na diminuição das perdas de água. - Por último, referiu uma questão sobre a qual, o seu grupo tinha sido particularmente insistente: o ponto de situação do processo de automatização da tarifa social da água. Recordou que, no mandato anterior, existiu abertura do Executivo para avançar com essa medida e perguntou se havia desenvolvimentos recentes nesse domínio. -----

- Maria de Fatima Amaral (CDU), disse que, de forma recorrente, são confrontados com aumentos aplicados pela EPAL no preço da água vendida aos municípios, excetuando Lisboa, onde a venda era direta, bem como com aumentos nos resíduos e no saneamento. Referiu que o Presidente da Câmara, embora manifestasse descontentamento nas entidades onde participava, acabava por fazer repercutir esses aumentos sobre a população de Loures, através de tarifários que, cresciam muito acima da inflação. Considerava que essa situação criava um ciclo fechado, em que os encargos recaíam sempre sobre os munícipes. -----

Na sua perspetiva, o município de Loures tinha o dever de, nas instâncias onde estava representado, como a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), a Área Metropolitana de Lisboa (AML) e outras entidades, bem como junto do Governo, que

tutelava grande parte dessas estruturas, exceto a Valorsul, procurar mobilizar outros municípios para uma posição conjunta sobre essas matérias, por considerar que a situação era incomportável. Afirmou que não era aceitável que a EPAL vendesse água aos municípios a preços que, segundo disse, não refletiam os custos adicionais que estes suportavam para garantir o abastecimento às populações. -----

Esclareceu que não defendia que os consumidores de Lisboa pagassem mais pela água, mas sim que a relação comercial entre a EPAL e os municípios limítrofes fosse justa, tendo em conta os encargos significativos que esses suportavam. Mencionou que havia pouca informação sobre as diligências concretas que Loures realizava junto das entidades competentes, de outras autarquias e do Governo, para que essas questões fossem tratadas de forma diferente. Considerou que os preços imputados aos municípios tinham como efeito estrangulá-los financeiramente e facilitar um caminho para a privatização destes setores. -----

Colocou também a questão da insustentabilidade do aterro do Mato da Cruz, afirmando que, na dimensão atual, se tratava tecnicamente de uma lixeira. Perguntou qual era a solução prevista, o que estava a ser discutido e o que se conhecia das propostas da Valorsul para resolver o problema. Sublinhou que aquela questão tinha uma dimensão alargada, envolvendo resíduos de vários dos maiores concelhos do distrito de Lisboa, incluindo a própria cidade de Lisboa, e que, por isso, poderia não ser possível resolvê-la apenas no quadro da contratação e pagamento de serviços à Valorsul. Por fim, pediu esclarecimentos adicionais sobre aquele ponto, caso fosse possível fornecê-los. -----

- Luís Filipe Pereira Direitinho (CH), referiu que após a apresentação feita sobre os SIMAR, via com preocupação o aumento dos valores imputados pela EPAL. Disse concordar com o que já tinha sido referido por outras bancadas: que não se tratava apenas de repercutir custos ou de vender água ao preço que se entendesse, porque esses aumentos tinham impacto significativo não só no orçamento dos SIMAR, como também na fatura final das famílias.-----

Primeiramente questionou qual seria o impacto concreto desses aumentos na fatura dos consumidores finais. Recordou que já tinham sido várias vezes apontadas na Assembleia Municipal deficiências nos serviços dos SIMAR, tanto na recolha de resíduos como no abastecimento de água, e manifestou preocupação com a possibilidade das faturas aumentarem sem que os níveis de eficácia e eficiência fossem garantidos. -----

A segunda questão estava relacionada com o estrangulamento orçamental dos SIMAR. Afirmou que aquele comprometia a renovação da infraestrutura de abastecimento de água, cuja necessidade era amplamente reconhecida. Referiu que todos tinham conhecimento do estado da rede de distribuição e da urgência de reparações e de soluções tecnológicas mais inovadoras. Perguntou, por isso, de que forma o investimento previsto de cerca de oito milhões de euros se traduziria em quilómetros de conduta renovada. -----

Deixou ainda uma nota adicional, referindo-se a uma questão levantada anteriormente pelo Presidente Ricardo Leão, com a qual disse concordar: a substituição da rede de abastecimento de água deveria ser pensada numa lógica municipal, porque, dada a dimensão do concelho de Loures, seria insustentável que os SIMAR ou o Executivo suportassem sozinhos a renovação integral do sistema. Perguntou que diligências o Executivo já tinha tomado para que essa intervenção fosse pensada numa escala mais ampla, permitindo resolver de forma definitiva o problema do desperdício de água, que tinha impacto direto nas faturas pagas pelos munícipes.-----

- A Presidente da Assembleia Municipal, passou a palavra ao Executivo Municipal, para serem prestados esclarecimentos. -----

- O Vereador Nuno Ricardo Conceição Dias, disse que iria responder a um conjunto de questões colocadas, incluindo as apresentadas pela deputada municipal do Bloco de Esquerda e pela deputada municipal Fátima Amaral. Explicou que, relativamente aos constantes aumentos tarifários, a intervenção do município tinha sido feita numa lógica metropolitana, tanto na área dos resíduos como na da água. Acrescentou que a ERSAR passaria, no próximo ano, a impor regras vinculativas sobre o tarifário da água. -----

Referiu que o município tinha participado ativamente no grupo de resíduos criado na Área Metropolitana de Lisboa e também na Associação Nacional de Municípios Portugueses, defendendo que era necessário ganhar escala para discutir esses problemas, que não podiam ser tratados de forma casuística. Afirmou que a alteração da tarifa de resíduos, aprovada já depois do orçamento dos SIMAR, criava de imediato um défice de cerca de 2,5 milhões de euros, valor que o município acabava por subsidiar aos munícipes, uma vez que não repercutia integralmente a taxa. -----

Acrescentou que, além disso, existia também subsidiação cruzada no primeiro escalão da água, estimando que essa rondasse cerca de cinco milhões de euros. Somando ambos os fatores, afirmou que o município estava a suportar quase dez milhões de euros em subsidiação tarifária. Defendeu que não era sustentável continuar a absorver aumentos tão elevados, lembrando que, enquanto a inflação prevista era de 2,3%, a taxa de gestão de resíduos sólidos tinha aumentado 48% num único ano. -----

Referiu que a solução não podia ser encontrada apenas ao nível municipal, mas sim através de decisões tomadas “de cima para baixo”, com uma visão metropolitana para resolver os problemas da água e dos resíduos. Considerou inaceitável que Portugal fosse o único país da União Europeia onde os fundos comunitários não podiam ser usados para financiar obras de abastecimento de água, de resíduos ou de tratamento, e disse que era precisamente essa a linha de atuação que o município tinha defendido nas instâncias onde participava. -----

Relativamente à tarifa social, explicou que ainda não era possível proceder à sua automatização, embora o município aplicasse a tarifa social de forma regular. Criticou

também o modelo tarifário da EPAL, afirmando que, apesar da empresa alegar que não cobrava mais aos municípios do que aos consumidores finais de Lisboa, aplicava uma taxa de disponibilidade que, no resultado final, tornava o metro cúbico mais caro para os municípios do que para os consumidores lisboetas. Disse que já tinha manifestado essa posição na Assembleia Geral da EPAL. -----

Referiu ainda que essa luta não podia ser apenas dos municípios de Loures e Odivelas, mas de todos os municípios envolvidos. Disse que, na Comissão de Acompanhamento da Valorsul, muitas autarquias assumiam uma postura de acionistas e não de representantes municipais, concordando com tudo, enquanto ele próprio era frequentemente o único a manifestar discordância relativamente à repercussão das tarifas.-----

Concluiu, dizendo que o município tinha procurado controlar todas as variáveis ao seu alcance, sendo rigoroso na gestão dos SIMAR, consciente das dificuldades, mas também do potencial da entidade, que considerou ser a maior empresa de distribuição de água e resíduos sólidos do país. Afirmou que, apesar de por vezes ser tratada como um “patinho feio”, a empresa prestava um serviço essencial e tinha sido gerida com parcimónia, defendendo o interesse público e o dos munícipes. Acrescentou que o município tinha absorvido aumentos tarifários em alta sem os repercutir imediatamente e que continuava a trabalhar para prestar o melhor serviço possível na gestão da água e dos resíduos sólidos.-----

- Maria de Fatima Amaral (CDU), informou que tinha uma intervenção a fazer no ponto seguinte, que seria para converter em declaração de voto, para o presente ponto e seguinte – Ponto Um e Ponto Dois da ordem de trabalhos. (Pág. 13) -----

- Não havendo mais pedidos de inscrição para intervenção, passou-se à votação: -----

- APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR MAIORIA, COM 26 VOTOS A FAVOR (20 PS E 6 PPD/PSD) E 16 VOTOS CONTRA DOS RESTANTES REPRESENTANTES (8 CH, 6 CDU, BE E IL) - 42 PRESENCAS. -----

- Pela deputada municipal Rita Lage Sarrico (BE), foi informado que apresentaria uma declaração de voto por escrito, no entanto, até ao momento de elaboração da presente ata não foi rececionada. -----

PONTO DOIS -----

Proposta n.º 787/2025 - Deliberação do Conselho de Administração dos SIMAR, constante da Proposta n.º 746/2025, relativa ao Mapa de Pessoal para 2026, dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos dos Municípios de Loures e

Odivelas (SIMAR). (Aprovação ao abrigo da alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação). Proposta da Câmara Municipal.-----

- Sobre o documento intervieram: -----

- Maria de Fatima Amaral (CDU), fez uma intervenção para constar enquanto declaração de voto, conforme transmitido anteriormente: *Foram aprovados na Câmara e estão aqui presentes os Documentos Previsionais dos SIMAR e o Mapa de Pessoal para 2026. O valor do orçamento para 2026 é de cento e vinte milhões cento e oitenta e três mil quatrocentos e oitenta e três euros, mais 10.7% que no ano 2025, sendo o aumento da receita corrente praticamente suportado pelo aumento da tarifação de resíduos urbanos, que aumenta sete milhões setecentos e sessenta e um mil seiscentos e noventa e oito euros, relativamente a 2025, passando de vinte e nove milhões duzentos e sessenta e três mil quinhentos e trinta e um euros para trinta e sete milhões vinte e cinco mil duzentos e vinte e nove euros, correspondendo a mais 26.5%. No entanto, é preocupante que não se verifiquem alterações significativas ao nível do investimento, que se prevê no valor de quinze milhões quinhentos e oitenta e dois mil euros. ----- Este valor de investimento mais não serve do que manter a situação corrente da infraestrutura intrínseca ao serviço. Onde está o investimento em ramais ou na aquisição de contadores de água ou mesmo na compra de viaturas para substituição das existentes? Igualmente grave, o investimento urgente e contínuo na renovação da rede existente, nomeadamente as condutas de fibrocimento com mais de cinquenta anos de idade e que são a causa próxima das elevadas perdas de água, assim como procedimentos para alteração e melhoria de sistemas de abastecimento de água a várias freguesias dos concelhos de Loures e Odivelas. ----- O Mapa de Pessoal para 2026 prevê, no total, um aumento de trezentos e um novos postos de trabalho, passando para um total de mil cento e quarenta e três postos de trabalho. Colocamos mais trinta e oito novos técnicos superiores porquê e quais as áreas de especialização? Mais trinta e sete novos assistentes técnicos de que áreas de formação? Quanto à carreira de assistente operacional, aumento de duzentos e vinte e três postos de trabalho, verificando-se uma redução em quase todas as divisões relativamente a 2025, à exceção da DRU, que continua a crescer, passando de duzentos e setenta e quatro para trezentos. Porquê? Para quê? Quando grande parte da recolha de monos está nas Juntas, a reciclagem está entregue à empresa privada Valorsul e os circuitos no Concelho de Odivelas, quase todos estão entregues a operadores privados. Porquê trezentos operacionais na DRU, quando já hoje não saem todos para as voltas? Há novas tarefas para a DRU para além da recolha? Quais são? Questionamos a ausência de reforço de postos de trabalho em áreas tão importantes e tão carenciadas de trabalhadores como são as águas e o saneamento. A ausência de reforço de postos*

de trabalho nas oficinas, quer das Sete Casas, quer do Fanqueiro e Juncal, é o recurso ao privado? Ainda mais? Há um sentimento generalizado nos trabalhadores de que os SIMAR são para entregar. Há cada vez mais empreiteiros e empresas privadas a operar nos SIMAR. Continua em andamento o desmantelamento dos SIMAR? Os novos aumentos do tarifário do mapa de pessoal tornam os SIMAR apetecíveis para os privados. Intensifica-se a contratação externa de muitos dos serviços prestados à população, como é o caso da substituição de contadores e novos ramais, mantendo-se elevadíssimas perdas de água e sem nenhum investimento na substituição das condutas de água. Continuam entregues ao privado, vastas áreas de recolha de resíduos nos concelhos de Loures e Odivelas.-----

A CDU está muito preocupada com a degradação do serviço à população, que serve como mola para privatizar os SIMAR, pondo em causa também o futuro dos trabalhadores, que todos os dias dão o melhor de si para que os SIMAR prestem o melhor serviço público possível. -----

Por estas razões, votámos contra os Documentos Previsionais dos SIMAR e absteemo-nos no Mapa de Pessoal dos SIMAR.-----

- A Presidente da Assembleia Municipal, passou a palavra ao Executivo Municipal, para serem prestados esclarecimentos.-----

- O Vereador Nuno Ricardo Conceição Dias, mencionou que reconhecia à deputada municipal a coerência das suas posições, recordando que, no mandato de 2017/2021, quando a CDU atribuiu dez circuitos de recolha a entidades externas, ela própria tinha levantado esse problema numa reunião de Câmara, alertando para o que considerava ser um risco de privatização dos serviços. Disse, porém, que não podia concordar com as restantes afirmações, defendendo que o caminho da privatização não correspondia à realidade. -----

Explicou que, no passado, os SIMAR tinham chegado a uma situação em que não havia capacidade sequer para adquirir novas viaturas, acumulando cerca de oito milhões de euros de prejuízos em três anos, e isso com tarifas muito diferentes das atuais. Afirmou que, ao contrário do que fora dito, a atual gestão tinha reduzido o recurso a prestações de serviços externas e enfrentava dificuldades significativas na contratação de recursos humanos, tal como acontecia em toda a administração pública. Referiu que os SIMAR necessitavam de técnicos superiores, assistentes técnicos e assistentes operacionais, porque prestavam serviços que exigiam qualidade nas áreas do abastecimento, planeamento e execução. Disse que, sem esses profissionais, seria inevitável externalizar tudo, o que não era o objetivo. Defendeu que o reforço de pessoal era essencial para garantir acompanhamento técnico adequado. -----

Afirmou que o investimento feito na área dos resíduos tinha sido ímpar no concelho, lembrando que, em quatro anos, tinham sido adquiridas vinte e quatro novas viaturas

de recolha. Acrescentou que foi aprovado um plano de renovação da frota, o que contrariava qualquer ideia de privatização. Reforçou que os SIMAR não eram para privatizar e que essa discussão já tinha ocorrido no mandato anterior. -----

Explicou que havia uma grande dificuldade em contratar assistentes operacionais, asfaltadores e cabouqueiros, e que, quando não era possível contratar pessoal, era necessário recorrer a empreitadas externas para garantir que o serviço fosse executado, porque deixar de o fazer seria incompatível com a defesa do serviço público. Afirmou que não se podia esperar indefinidamente pelo fim dos concursos de recrutamento.----

Referiu também que, no plano de substituição de contadores, só se recorreu a serviços externos quando não existia capacidade interna para garantir a velocidade necessária, lembrando que a renovação dos contadores era fundamental para uma boa gestão dos SIMAR. -----

Reconheceu que não tinha sido possível resolver tudo em quatro anos, mas afirmou que muito tinha sido feito e que os serviços estavam atualmente melhor do que estavam anteriormente. Informou que, em 2021, existiam cerca de 903 trabalhadores e que a idade média rondava os 55 anos, o que exigia uma renovação gradual dos quadros em todas as categorias profissionais.-----

Concluiu, dizendo que os SIMAR sempre foram reconhecidos externamente pela qualidade dos seus técnicos superiores e que o objetivo era manter esse conhecimento dentro dos SIMAR, formando e contratando profissionais para garantir a continuidade e a qualidade do serviço. -----

- Não havendo mais pedidos de inscrição para intervenção, passou-se à votação: -----

- APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR MAIORIA, COM 26 VOTOS A FAVOR (20 PS E 6 PPD/PSD), 7 ABSTENÇÕES (6 CDU E BE) E 9 VOTOS CONTRA DOS RESTANTES REPRESENTANTES (8 CH E IL) - 42 PRESENCAS.-----

- A deputada municipal Maria de Fatima Amaral (CDU), solicitou que a sua intervenção, constasse enquanto declaração de voto neste Ponto e anterior. (Pág. 13) -----

PONTO TRÊS-----

Proposta n.º 797/2025 - 7ª Alteração do Plano Diretor Municipal de Loures.
(Deliberação ao abrigo do artigo 90.º, n.º 1 do RJIGT). Proposta da Câmara Municipal.--

- Não havendo pedidos de inscrição para intervenção, passou-se à votação: -----

- APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE, COM 42 PRESENCAS. --

PONTO QUATRO

Proposta n.º 4/2026 - Autorização e abertura de procedimento para contratação de empréstimo a curto prazo a vigorar no ano 2026; Constituição da comissão de análise das propostas e a delegação de poderes no Presidente da Câmara para desenvolvimento do procedimento. (Autorização ao abrigo da alínea f), do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação e do n.º 2 do artigo 50.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação vigente). Proposta da Câmara Municipal.-----

- Não havendo pedidos de inscrição para intervenção, passou-se à votação: -----

- APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR MAIORIA, COM 33 VOTOS A FAVOR (20 PS, 6 PPD/PSD, 6 CDU E IL), 1 ABSTENÇÃO DO BE E 8 VOTOS CONTRA CH - 42 PRESENCAS. -----

PONTO CINCO

Proposta n.º 5/2026 - Emissão de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais ou à sua reprogramação – Ano 2026. (Deliberação nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua redação atual). Proposta da Câmara Municipal. -----

- Não havendo pedidos de inscrição para intervenção, passou-se à votação: -----

- APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR MAIORIA, COM 27 VOTOS A FAVOR (20 PS, 6 PPD/PSD E IL) E 15 ABSTENÇÕES (8 CH, 6 CDU E BE) - 42 PRESENCAS. -----

PONTO SEIS

Normas do Concurso de Fotografia Escolar. (Deliberação ao abrigo do n.º 1, do artigo 1.º do Regimento da Assembleia Municipal de Loures e da alínea o) do n.º 1 do artigo 29.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual). Proposta n.º 1/2026 da Assembleia Municipal de Loures. -----

--- A Presidente da Assembleia Municipal, explicou que se tratava de um ponto da Assembleia Municipal relativo a uma proposta de aprovação de normas para um concurso de fotografia escolar. Recordou que, tal como tinha sido tradição no mandato

anterior, procuravam sempre associar ao 25 de Abril uma iniciativa dirigida aos jovens e relacionada com a Assembleia Municipal Jovem. -----

Referiu que, no ano anterior, tinham realizado com as escolas a plantação de árvores e a iniciativa “Plantar Memórias de Abril”, uma vez que o tema da AMJ tinha sido *O Ambiente, Eu e o Meu Concelho*. Acrescentou que, tendo em conta que a última Assembleia Municipal Jovem tinha sido dedicada à solidariedade e aos ODS, consideraram pertinente que a iniciativa deste 25 de Abril voltasse a envolver os jovens, desta vez através de um concurso de fotografia escolar. Explicou que o concurso incidiria sobre *A Visão – um olhar sobre os desafios de hoje, o 25 de Abril e a solidariedade*. -----

Informou que os considerandos identificavam a importância atribuída às comemorações do 25 de Abril e à necessidade de manter uma ligação constante com os jovens para memória futura. Indicou que o articulado definia o objeto do regulamento, esclarecendo que se tratava de um concurso de fotografia escolar destinado a alunos do 7.º ao 12.º ano. Explicou ainda que as normas estabeleciam as condições de participação, determinando que cada participante concorreria com uma fotografia, bem como as especificações técnicas dessa imagem. Indicou que estavam definidos os prazos e as formas de participação, nomeadamente no artigo quinto, onde se explicava como as fotografias deveriam ser submetidas. -----

Transmitiu que o júri seria composto pela Mesa da Assembleia Municipal, que incluía os três partidos mais votados, sendo posteriormente integrados também os partidos não representados na Mesa, bem como o vereador da Educação. Acrescentou que as normas tinham sido objeto de consulta prévia ao Departamento de Educação, unidade jurídica, o apoio do Dr. Rocha Quintal e contributos da Presidente da Assembleia Municipal. Sublinhou que se tratava de algo inédito, a primeira iniciativa daquele género, e que esperava que todos se pudessem rever nas normas, as quais asseguravam igualmente a proteção de dados, os direitos de autor e as garantias jurídicas necessárias. -----

Referiu que existia uma ficha de inscrição e que, caso o plenário aprovasse a proposta, iriam de imediato iniciar a interação com as escolas do concelho. Agradeceu aos serviços envolvidos por permitirem mais uma iniciativa que afirmava Abril, ligando-a aos jovens e, em particular, à solidariedade, tema da última Assembleia Municipal Jovem. -----

Acrescentou que realizariam a sessão tradicional do 25 de Abril, que estavam a trabalhar para que pudesse ser descentralizada e que tentariam também organizar uma exposição documental alusiva à data. Considerou que essa seria a contribuição da Assembleia Municipal de Loures para as comemorações que o município e a Câmara Municipal iriam promover. -----

Concluiu dizendo que esperava que todos se pudessem rever na proposta e perguntou se existiam pedidos de intervenção. Não havendo, informou que passariam à votação. -

- Inês Falcão da Costa Morgado (PS), saudou a iniciativa, considerando que se tratava de um projeto capaz de fazer convergir várias dimensões: a questão das escolas e da

educação, a valorização da história da democracia, especialmente significativa na data do 25 de Abril, e, simultaneamente, a participação dos jovens. Acrescentou que a iniciativa permitia também despertar o interesse pela fotografia, uma área que considerou particularmente interessante. Concluiu dizendo que estavam expectantes quanto ao desenrolar do concurso.-----

- Não havendo mais pedidos de inscrição para intervenção, passou-se à votação: -----

- **APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE, COM 41 PRESENCAS.** --

-----PONTO SETE-----

Proposta de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal. (Deliberação nos termos do n.º 1 do artigo 17.º do Regimento da Assembleia Municipal de Loures e ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 26.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual). Proposta n.º 2/2026 da Assembleia Municipal de Loures.-----

-A Presidente da Assembleia Municipal enumerou as alterações propostas e ajustamentos ao Regimento da Assembleia Municipal de Loures: -----

Alterações:-----

1. Artigo 1.º - Alteração de redação -----
2. Artigo 1.º A (Funcionamento) - Introdução de novo artigo -----
3. Artigo 1.º B (Proteção de Dados) - Introdução de novo artigo -----
4. Artigo 18.º - Atualização da alínea p) do n.º 1 -----
5. Artigo 28.º - Atualização do n.º 1 -----
6. Artigo 45.º - Introdução do n.º 5 -----
7. Artigo 58.º - Retirada do n.º 5 e introdução de 2 novos números / Renumeração -----
8. Artigo 60.º - Introdução do n.º 5 -----
9. ANEXO I – Atualização ao anexo dos Tempos de intervenção no Período de Antes da Ordem do Dia -----
10. ANEXO II – Atualização do Modelo “Inscrição para intervenção do Público” sobre o consentimento / proteção de dados -----
11. ANEXO III – Atualização da constituição, denominação e âmbito das Comissões Especializadas -----
12. ANEXO IV – Atualização ao anexo dos Tempos de intervenção nos Debates sobre o estado do Município -----

- Não havendo pedidos de intervenção sobre o assunto, a Presidente da Assembleia Municipal, passou à votação do assunto.-----

- **APROVADO POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE, COM 41 PRESENÇAS.** --

-----PONTO OITO-----

Composição e eleição das Comissões Especializadas da Assembleia Municipal e respetivas tomadas de posse. (Deliberação nos termos do artigo 57.º do Regimento da Assembleia Municipal). Proposta n.º 3/2026 da Assembleia Municipal de Loures. -----

- Pela Presidente da Assembleia Municipal foi feita uma breve apresentação das sete (7) Comissões Especializadas da Assembleia Municipal de Loures. Os serviços distribuíram os boletins de voto e procederam depois à sua recolha para a respetiva contagem por parte da Mesa. -----

Eleição dos deputados municipais que compõem as Comissões Especializadas da Assembleia Municipal: -----

- **Comissão Especializada de Ordenamento do Território, Urbanismo e Segurança**

- **Coordenador:** Tiago Filipe Jorge da Silva, deputado municipal da IL -----
- **Vice-Coordenadora:** Isabel Cristina Carapeta Gomes, deputada municipal do PS
- Luís Filipe Pereira Direitinho, deputado municipal do CH-----
- Sara Raquel Bordalo Gonçalves, deputada municipal do PPD/PSD -----
- Tânia Cristina Mateus Costa, deputada municipal da CDU -----
- Rita Lage Sarrico, deputada municipal do BE -----

- **APROVADA POR VOTAÇÃO SECRETA E POR UNANIMIDADE, COM 41 VOTOS A FAVOR (41 PRESENÇAS).** -----

- **Comissão Especializada de Finanças, Economia e Turismo**-----

- **Coordenador:** Luís Filipe Pereira Direitinho, deputado municipal do CH-----
- **Vice-Coordenador:** Armando Manuel Pedroso Militão, deputado municipal do PPD/PSD
- Maria Isabel Lopes Afonso Pereira Leitão, deputada municipal do PS -----
- Tânia Cristina Mateus Costa, deputada municipal da CDU -----
- Rita Lage Sarrico, deputada municipal do BE -----
- Tiago Filipe Jorge da Silva, deputado municipal da IL -----

- APROVADA POR VOTAÇÃO SECRETA E POR MAIORIA, COM 40 VOTOS A FAVOR E 1 VOTO CONTRA (41 PRESENÇAS).-----

- Comissão Especializada de Direitos Sociais, Habitação e Igualdade -----

- **Coordenadora:** Maria de Fátima Amaral, deputada municipal da CDU -----
- **Vice-Coordenadora:** Eunice Filipa Pires Alexandre Camilo Ramos Proença, deputada municipal do PS-----
- Ana Margarida Dias Raimundo Guerreiro, deputada municipal do CH -----
- Jorge Manuel Lopes Antunes, deputado municipal do PPD/PSD -----
- Rita Lage Sarrico, deputada municipal do BE -----
- Tiago Filipe Jorge da Silva, deputado municipal da IL -----

- APROVADA POR VOTAÇÃO SECRETA E POR UNANIMIDADE, COM 41 VOTOS A FAVOR (41 PRESENÇAS). -----

- Comissão Especializada de Saúde, Prevenção de Toxicodependências e Desporto-----

- **Coordenador:** Rui Miguel Paiva Lopes Pinhel, deputado municipal do PPD/PSD-----
- **Vice-Coordenadora:** Maria de Fátima Amaral, deputada municipal da CDU-----
- Carla Sofia do Carmo Pires, deputada municipal do PS-----
- Inês Carvalho dos Santos, deputada municipal do CH -----
- Rita Lage Sarrico, deputada municipal do BE -----
- Tiago Filipe Jorge da Silva, deputado municipal da IL -----

- APROVADA POR VOTAÇÃO SECRETA E POR MAIORIA, COM 40 VOTOS A FAVOR E 1 VOTO NULO (41 PRESENÇAS). -----

- Comissão Especializada de Educação, Cultura e Juventude -----

- **Coordenadora:** Tânia Sofia Santos Portela, deputada municipal do PS-----
- **Vice-Coordenadora:** Rita Lage Sarrico, deputada municipal do BE -----
- Ana Margarida Dias Raimundo Guerreiro, deputada municipal do CH -----
- João Maurício Pereira, deputado municipal do PPD/PSD -----
- Acardyo Kedy Santos Nazaré da Trindade, deputado municipal da CDU -----
- Tiago Filipe Jorge da Silva, deputado municipal da IL -----

- APROVADA POR VOTAÇÃO SECRETA E POR UNANIMIDADE, COM 41 VOTOS A FAVOR (41 PRESENÇAS). -----

- Comissão Especializada de Ambiente, Energia e Mobilidade-----

- **Coordenadora:** Rita Lage Sarrico, deputada municipal do BE-----
- **Vice-Coordenador:** Tiago Filipe Jorge da Silva, deputado municipal da IL -----

- Daniel Vitorino Bernardo Lima, deputado municipal do PS-----
- Duarte Miguel Monge Correia, deputado municipal do CH-----
- Lino Manuel Gomes Franco, deputado municipal do PPD/PSD-----
- Acardy Kedy Santos Nazaré da Trindade, deputado municipal da CDU -----

- **APROVADA POR VOTAÇÃO SECRETA E POR UNANIMIDADE, COM 41 VOTOS A FAVOR (41 PRESENCAS).** -----

- **Comissão Especializada de Descentralização de Competências, Modernização e Fundos Comunitários** -----

- **Coordenador:** Jorge Daniel Sousa Moreira da Silva, deputado municipal do PS--
- **Vice-Coordenador:** Aquilino José Marques Ventura, deputado municipal do CH-
- João Maurício Pereira, deputado municipal do PPD/PSD -----
- Jorge Manuel Duarte Simões, deputado municipal da CDU -----
- Rita Lage Sarrico, deputada municipal do BE -----
- Tiago Filipe Jorge da Silva, deputado municipal da IL -----

- **APROVADA POR VOTAÇÃO SECRETA E POR UNANIMIDADE, COM 41 VOTOS A FAVOR (41 PRESENCAS).** -----

- Seguidamente a Presidente da Assembleia Municipal deu início à chamada dos membros integrantes das Comissões para tomarem posse perante a Assembleia Municipal. -----

- As deputadas municipais Eunice Filipa Pires Alexandre Camilo Ramos Proença (PS), Tânia Sofia Santos Portela (PS), Isabel Cristina Carapeta Gomes (PS), Tânia Cristina Mateus Costa (CDU) e o deputado municipal Tiago Filipe Jorge da Silva (IL) não tomaram posse por estarem ausentes na sessão e tomarão posse oportunamente. ----

- A deputada municipal Maria Isabel Lopes Afonso Pereira Leitão (PS), tomará igualmente posse oportunamente, por não se encontrar presente aquando a sua chamada.-----

--- A Presidente da Assembleia Municipal, deu por terminada a reunião, passando a palavra ao Primeiro Secretário da Mesa, Aquilino José Marques Ventura, para leitura da minuta da ata.-----

- O Primeiro Secretário leu a minuta da ata, a qual foi aprovada por votação nominal e por unanimidade (42 presenças), ficando a mesma arquivada na pasta dos documentos da presente reunião. -----

--- Nesta reunião estiveram presentes por parte do Executivo Municipal, a Presidente da Câmara Municipal, em exercício, Sónia Alexandra da Silva Paixão dos Santos Bernardo Lopes, e os Vereadores, Nelson César Gonçalves Batista, Nuno Ricardo da Conceição Dias, Paula Alexandra Flora da Costa Magalhães, Patrícia Isabel Morgado de Almeida, André Filipe Reis Antunes e António Manuel Lopes Marcelino.-----

--- Eram vinte e uma horas e vinte e oito minutos, quando a Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão. -----

--- A ata foi aprovada por votação nominal e por unanimidade, com 35 presenças, sendo que 10 representantes não estiveram presentes na reunião a que respeita a presente ata e não participaram na votação. A ata foi aprovada na reunião de trinta de abril de dois mil e vinte e seis, com dispensa de leitura, dado ter sido previamente distribuída por todos os deputados municipais da assembleia municipal. -----

A ata é assinada pelo 1.º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Aquilino José Marques Ventura, -----

e pela Presidente da Assembleia Municipal, Susana de Fátima Carvalho Amador, -----

M U N I C Í P I O D E L O U R E S

***Manifestação de Solidariedade da Mesa da Assembleia Municipal de Loures***

O concelho de Loures, integrado na Área Metropolitana de Lisboa, e o país viveram, nas últimas horas, os efeitos nefastos da passagem de uma tempestade que provocou extensos estragos.

A Mesa da Assembleia Municipal de Loures manifesta a sua profunda solidariedade para com as populações dos territórios mais afetados por este fenómeno extremo, em particular do distrito de Leiria, onde se registou o maior número de vítimas mortais, endereçando às famílias enlutadas as mais sentidas condolências.

A Mesa expressa igualmente o seu reconhecimento e gratidão a todas as mulheres e homens das forças e serviços de segurança e de proteção civil, bem como a todos os serviços do Município de Loures e das suas freguesias, envolvidos nas operações de proteção e salvaguarda da população nomeadamente o Serviço Municipal de Proteção Civil, a PSP, a GNR, a Polícia Municipal, os Bombeiros Voluntários, os SIMAR, os serviços municipais e todos os trabalhadores que, com elevado sentido de missão, contribuíram para a proteção de pessoas e bens no concelho.

Loures, 28 de janeiro de 2026

A Mesa da Assembleia Municipal de Loures,

Susana Amador - Presidente

Aquillino Ventura- 1º Secretário

Sara Gonçalves - 2ª secretária